



Of.PROCONT/PGE nº 058478/2024/2017.01.025193.

Florianópolis, 31 de outubro de 2024.

ASSUNTO PRINCIPAL: Improbidade Administrativa - Devolução vlrs, multa, perda dtos políticos - Proibição Contratos com Adm Pública

PROCURADOR(A) VINCULADO(A): Renato Domingues Brito

AUTOS DO PROCESSO Nº 0900084-51.2016.8.24.0040

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Senhor(a) Consultor(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, por determinação do Procurador do Estado Renato Domingues Brito, relativamente ao processo acima numerado, **informo que foi proferida sentença¹, na qual foram julgados procedentes, em parte, os pedidos constantes na inicial e, em consequência:**

- a) Declaro a nulidade dos atos administrativos que concederam à ré GRUPO ORGANIZADO DE MULHERES FLOR DE LIZ a subvenção social versadas no feito (R\$ 45.986,10);
- b) Condeno os réus, de forma solidária (ante à ausência de individualização do quantum recebido por cada um com a prática ilícita), ao ressarcimento integral do dano causado ao erário, o qual alcança o montante de R\$ 45.986,10. Os valores deverão ser acrescidos de juros de mora desde a citação e de correção monetária a contar da data do recebimento de cada subvenção indevida.
- c) Condeno os réus à perda de eventual função pública que exerçam, estabelecendo a quebra de seu vínculo com o Poder Público – em qualquer de suas esferas. Oficie-se, para cumprimento, aos chefes do Poder Executivo municipal e estadual (ou, sobrevindo notícia de que estejam vinculados a outra esfera, remetam-se a ela o expediente).
- d) Suspendo pelo prazo de 12 (doze) anos os direitos políticos das pessoas físicas requeridas;
- e) Condeno os réus, individualmente, ao pagamento de multa civil no valor equivalente ao dano causado ao erário, ou seja, de R\$ 45.986,10. Os valores deverão ser acrescidos de juros de mora desde a citação e de correção monetária a contar da data do recebimento da subvenção (07/12/2009); e
- f) Proíbo as pessoas físicas réas de contratar com o Poder Público ou dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócias majoritárias, pelo prazo de 12 (doze) anos.

Diante do exposto, solicito a esta Pasta o imediato cumprimento da decisão supracitada, no que tange às suas atribuições.

Na oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

¹ Sentença consta à pp. 74-87 dos autos internos.



JULIA CORDEIRO GAFFKE CRUZ
Estagiária de Direito

Ilmo(a). Senhor(a)
Consultor(a) Jurídico(a)
Secretaria de Estado da Administração
Enviado pelo PGE.Net